

A teorização do jornalismo nas páginas de *Jornalismo*, publicação do Sindicato Nacional dos Jornalistas (1967-1971)¹

Patrícia Oliveira Teixeira - UFP - Porto - Portugal
patriciaoliveirateixeira@gmail.com

Resumo

Este trabalho teve por objectivo descrever, através de uma análise qualitativa do discurso, os conteúdos de *Jornalismo*, boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ), publicado entre 1967-1971, determinando: (1) quais os assuntos abordados em *Jornalismo*, quando em questão estava a teorização dos jornalistas sobre a sua profissão e sobre a sua classe; e (2) quais os enquadramentos simbólicos construídos discursivamente. Concluiu-se que os redactores deste periódico sindical se preocuparam com a sua profissão e reflectiram sobre a mesma e sobre a melhor forma de a dignificar.

Palavras-chave: Teorização do jornalismo; jornalistas; *Jornalismo*, publicação do Sindicato Nacional dos Jornalistas.

Abstract

This study aimed to describe, using a qualitative analysis of interviews, the contents of *Jornalismo*, bulletin of the Sindicato Nacional dos Jornalistas, published between 1967-1971, determining: (1) what are the issues addresser in *Jornalismo*, when in question was journalists' theorizing about their profession and about their class, and (2) what are discursiveky constructed symbolic frameworks. It was concluded that the drafters of this periodical union worried about his profession and reflected on it and on the best way to elevate and dignify it.

Key words: Theory of journalism, journalists, *Jornalismo*, publication of the Sindicato Nacional dos Jornalistas.

1 Pesquisa apoiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e com co-financiamento da União Europeia através do QREN, programa COMPETE, fundos FEDER. Projecto PTDC / CCI-JOR/100266/2008 e FCOMP-010124-FEDER-009078.

Introdução

Em 1934, foi instituído o Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ) que veio dotar a classe jornalística portuguesa de um organismo sindical com relativa representação, pese embora a sujeição a que a corporação ainda tinha de se submeter, devido aos constrangimentos à liberdade de imprensa impostos pelo regime ditatorial. Anteriormente, já se haviam registado algumas tentativas de agregação por parte dos jornalistas portugueses (ou daqueles que se consideravam como tal), em organizações profissionais² e mesmo num sindicato³, mas, a partir do momento que nasceu o SNJ, passou a ser a única entidade representativa da corporação permitida pelo Governo. (CUNHA, 1941, pp. 35 e 36)

Ao longo dos anos, o campo de acção do SNJ foi passando pela procura de cursos de formação profissional para a sua classe, pela luta pelos fins de previdência e, sempre, pela representação da classe dos jornalistas. Foram encetadas, por parte da corporação, tentativas para implementar um curso para jornalistas; criou-se a Carteira Profissional dos Jornalistas, sendo o Sindicato Nacional dos Jornalistas quem regulava e controlava a sua atribuição; transformou-se a Caixa de Reformas dos Jornalistas em Caixa de Previdência e abono de Família dos Jornalistas que, mais tarde, foi integrada no sistema geral de Previdência; entre outras conquistas.⁴

Em 1967, numa altura em que o jornalismo assistia a uma modernização e atravessava uma fase de grandes mudanças⁵, com a introdução de novas formas de o conceber e de o praticar, o que já se vinha a fazer sentir desde 1956 (CORREIA e BAPTISTA, 2007, p. 23) e com a luta pelo fim da censura a começar a subir de tom⁶ (CABRERA, 2006, p. 105), o SNJ começou a publicar *Jornalismo*, uma publicação que viria substituir o antigo e extinto *Boletim* e que, de forma não contínua, se foi publicando até 1993⁷.

Jornalismo é um objecto de estudo relevante para se compreenderem as ideias e sentimentos dos jornalistas portugueses, num tempo de mudanças políticas, sociais e na própria profissão, em que o Estado Novo ainda subsistia, o país se envolvia na guerra colonial, em que se observava uma emigração sem precedentes, em que o pa-

2 Alfredo da Cunha (1941, p. 34) referencia as seguintes: Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, 1880; Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 1882; Associação dos Jornalistas (de Lisboa), 1896; Associação da Imprensa Portuguesa, 1897; Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa (de Lisboa), 1904; (2ª) Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, 1907; Casa dos Jornalistas, 1921. O mesmo autor refere, ainda, que tiveram existência efémera ou não passaram da fase de congeminção a Associação dos Escritores e Jornalistas Portugueses (1925), a Sociedade de Homens de Letras, de 1870, a Sociedade dos Escritores Portugueses, de 1926, e outras associações que também admitiam jornalistas.

3 Refere Alfredo da Cunha (1941, p. 34) o Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, de 1924.

4 Estatutos do Sindicato Nacional dos Jornalistas.

5 Assistia-se a um rejuvenescimento da classe, a uma maior qualificação dos profissionais, a uma feminização das redacções e a uma ligeira evolução tecnológica na forma de fazer jornalismo. (CORREIA e BAPTISTA, 2007; SOUSA, 2008)

6 A substituição de Salazar por Caetano criou, na grande maioria dos jornalistas portugueses, elevadas expectativas quanto ao fim da censura, sendo visto como algo inevitável. (CABRERA, 2006, p. 107)

7 Nesta investigação, interessam os números saídos até 1974, sendo que, como tal, apenas de tivessem analisado os boletins entre 1967 e 1971, já que entre 1971 e 1974 nenhum foi publicado.

norama jornalístico nacional assistia a uma modernização e em que os jornalistas presenciavam as renovações que o modo de fazer o seu mister ia sofrendo.

O objectivo geral desta pesquisa é apreciar os conteúdos de Jornalismo, prestando especial atenção ao enquadramento discursivo dada à teorização que os jornalistas portugueses faziam sobre a sua profissão, num contexto histórico marcado pela ditadura do Estado Novo (1933-1974) e por transformações notórias no jornalismo. Ou seja, pretende apurar-se do que fala e como fala a publicação *Jornalismo*, quando a teorização do jornalismo é o tema, o que pode consubstanciar-se nas seguintes perguntas orientadoras da pesquisa:

1) Quais os temas do discurso metajornalístico de Jornalismo sobre a teorização do jornalismo em Portugal na última década da ditadura salazarista do Estado Novo?

2) Quais os enquadramentos simbólicos construídos discursivamente por Jornalismo sobre a teorização do jornalismo? Ou seja, como olharam os redactores de Jornalismo para a sua profissão, tendo em conta o contexto da época?

A hipótese a testar é a de que *Jornalismo*, para além de, enquanto órgão sindical, ter atentado nos problemas e dilemas dos jornalistas e do jornalismo em Portugal em finais dos anos sessenta, início de setenta, também contribuiu para a teorização nacional do jornalismo, tendo, em particular, abordado alguns dos temas estruturantes do Pensamento Jornalístico Português anterior a 1974. (SOUSA, coord. et al, 2010).

A apuração de dados qualitativos sobre o discurso de Jornalismo, conforme propõe Sousa (2006, p. 343-376), restringiu-se à inventariação, anotação e descrição dos principais enquadramentos discursivamente sugeridos para a teorização do jornalismo e à tentativa de clarificação das intenções dos respectivos enunciadores. Tendo em conta a vastidão do universo sobre o qual incidiu a análise, criou-se, tal como aconselha o mesmo autor (SOUSA, 2006, p. 352-374), uma grelha de assuntos abordados por *Jornalismo*, lendo-se o periódico em causa, e procuraram-se determinar e registar exemplos dos principais enquadramentos de sentido (incluindo os contraditórios) sugeridos para os assuntos identificados como centrais.

A teorização do jornalismo em *Jornalismo*

Os jornalistas dos anos 60 e 70 já teorizavam sobre o jornalismo, revelando, desta forma, uma certa preocupação em compreender a sua profissão. Em *Jornalismo* encontramos exemplos dessa mesma preocupação.

Nuno Rocha (1967, p. 21-22), num texto em que discorre sobre o papel do repórter no jornalismo daquele tempo, refere que “o repórter é o elemento ágil de ideias e de realização rápida, o homem que colhe os elementos no local do facto (...) e os reduz, depois, a notícia breve mas concisa ou à extensa e pormenorizada reportagem”.

O papel desempenhado pela Imprensa como meio válido e significativo da estruturação das sociedades e das nações originou a transformação do próprio jornalista. Antigamente, este era definido como o indivíduo capaz de redigir artigos e de doutrinar. (...). As condições de vida foram-se modificando e chegou o tempo apressado em que a informação passou a desempenhar dentro do jornal o papel principal. Nasceram, assim, os repórteres – profissionais tanto mais importantes quanto mais moderno é o jornal onde trabalham. (...)

O panorama português neste aspecto é limitado tanto que, entre nós, a categoria de repórter é, ainda, infelizmente, inferior à de redactor, não só em vencimento como em hierarquia. (...)

Essas reflexões levam-nos a sugerir que, numa próxima revisão de contrato colectivo de trabalho, sejam reestruturadas as várias categorias profissionais, dando-se ao repórter um vencimento igual ao do redactor (...). Não se compreende por que motivo a categoria de repórter tem sido minimizada na Imprensa portuguesa e a sua personalidade profissional observada através de tão estreitos ângulos de visão. Na realidade, redactores e repórteres são as traves-mestras das redacções (...) e estabelecer diferenças entre eles é iludir as realidades e não querer jogar na carta do futuro. Dir-se-ia, enfim, que sem ser repórter não se pode ser jornalista...

Eduardo Gageiro (1967, p. 22), por sua vez, discute o repórter fotográfico e sobre que lugar este deveria ocupar nos concursos fotográficos, exprimindo que esta não era a melhor forma de promover a valorização profissional deste jornalista:

(...) o fotógrafo profissional português não parece encarar os concursos fotográficos como uma forma válida e útil de promover a sua valorização profissional. (...)

Decerto que o panorama que em primeiro lugar se oferece ao profissional português em matéria de concursos é autenticamente desolador. (...)

Ocorrem de forma bem diversa as coisas no estrangeiro. (...)

(...) um pouco por todo mundo se realizam centenas de concursos fotográficos, onde são expostos trabalhos dos melhores profissionais do mundo, representando não apenas uma excelente forma de contacto, como ainda a possibilidade de boas compensações materiais. (...)

É certo que as entidades e as agremiações portuguesas vivem sempre, inexoravelmente, assoberbadas com problemas de falta de dinheiro, sempre escasso para acorrer a despesas urgentes, raro sobrando para “voos mais altos”. (...)

Perante o panorama que rapidamente fica exposto, que resta aos profissionais portugueses? Fecharem-se sobre si próprios (...)?

É o que a maioria dos profissionais portugueses se limita a fazer. (...)

Se em Portugal houvesse um prémio que realmente prestigiasse a pessoa a quem é atribuído (...) creio que as coisas se alterariam rapidamente.

No mesmo boletim publicaram-se dois textos intitulados “Jornalismo radiofónico”, ambos escritos por Diamantino Faria (1967, p. 5-6), confirmando o interesse que esta especialização do jornalismo já despertava, numa época em que a rádio até já se havia afirmado, mas em que a televisão, por exemplo, ainda dava os primeiros passos. Sobre o jornalismo radiofónico dizia-se que era um meio de divulgar a informação e que era necessário que todas as emissoras criassem redacções próprias e que os jornalistas desse meio de comunicação escrevessem as suas próprias notícias:

Quando a Rádio ensaiava os seus primeiros e trementes passos (...) a Imprensa sentiu-se ameaçada.

Não faltaram os pessimistas a asseverar estarem contados os dias da Informação escrita, se fosse permitido à nova rival enveredar pelos campos tradicionalmente pertencentes ao jornalismo escrito.

Poucos se aperceberam, de imediato, que a radiodifusão teria de ser um espectáculo informativo. E pela circunstância de sê-lo não iria prejudicar o colosso da Imprensa. A prática viria a demonstrar, mais tarde, que a novel arte coadjuvária, eficazmente, os meios tradicionais da Informação.

O jornalismo apareceu na Rádio – mau grado a grande oposição que lhe foi movida – em 1925, simultaneamente com os mais elementares espectáculos radiofónicos. (...)

(...) [As] radiodifusoras adoptaram o sistema, que ainda hoje se mantém – com honrosa excepção para o R.C.P. – de recortarem dos jornais o noticiário, lido, a horas certas, aos seus microfones. E fazem-no sem a elementar adaptação da linguagem escrita, nem sempre conforme com as necessidades da notícia oral.

Se é verdade que aquele sistema em nada (...) pode prejudicar a Imprensa, já não é tão certo que não prejudique os jornalistas, na medida em que são espoliados de um trabalho de si pouco compensador. A notícia que um repórter de qualquer jornal fez para o seu periódico é, sem qualquer pejo, usada nas estações de Rádio sem a mínima compensação para o seu autor.

A defesa mais primária dos direitos dos jornalistas neste campo levaria à obrigação de as estações radiofónicas comerciais (...) terem redacções próprias que, em princípio, poderiam ser servidas por profissionais da Informação. Estes veriam ser aumentados os seus rendimentos, numa actividade afim da carreira que escolheram. (...)

Qual seria a hipótese de se melhorar tal serviço? Julgamos que, em primeiro lugar, a entrega da orientação de tal sector a profissionais competentes da Informação. (...) De imediato, seria útil conseguir-se integrar no Sindicato Nacional dos Jornalistas o pessoal encarregado dos noticiários das estações emissoras (...).

O segundo texto de Diamantino Faria (1967, p. 8) foca, novamente, a necessidade de preparação própria que as redacções das rádios devem ter, apela para a necessidade de se organizarem cursos profissionais para jornalistas radiofónicos (insistindo, também, na urgência de se criarem cursos superiores de jornalismo) e insiste nas diferenças entre o jornalismo impresso e o jornalismo radiofónico.

Jornalismo radiofónico é, hoje, em toda a parte, uma especialização da Informação. Não se compadece com amizades pessoais, nem com interesses particulares. Tem obrigações específicas, embora condicionadas aos interesses gerais. Por isso mesmo o jornalismo radiofónico necessita de uma preparação própria, que entre nós não tem, ainda – infelizmente! – concretização capaz, por falta de locais de aprendizagem. (...)

(...) o jornalismo radiofónico é especialização. A notícia destinada a ser emitida não pode, de nenhuma maneira, apresentar parecenças com a que tem por finalidade a publicação em jornais. A *massa* a que se destinam, uma e outra, é a *mesma*, mas condicionada por situações e reacções diferentes...

Enquanto o leitor é pessoa em princípio predisposta a *digerir* a notícia, com um máximo de pormenores; de concentração inteiramente fixada no escrito – o ouvinte está, normalmente, a fazer qualquer outra coisa, enquanto escuta o noticiário.

É natural, pois, que a técnica seja completamente diferente na elaboração da nova, escrita ou falada. (...)

Na Rádio tudo tem que ser resumo! (...)

(...) um curso de jornalismo que venha a instituir-se não poderá alhear-se da necessidade de pensar, também, no sector da Informação radiofónica.

No mesmo ano, Pedro Alvim (1967, p. 9) dissertava acerca do que era um “parágrafo noticioso”. Fazia-o, diferenciando-o do parágrafo literário. E aproveitava, ainda, para criticar o facto de, na imprensa portuguesa, se recorrer, com frequência, a parágrafos literários em detrimento dos noticiosos:

Qual destes parágrafos noticiosos se pode considerar de feição jornalística moderna: *a)* ou *b)*?

a) Toda de negro vestida, a pobre mãe só tinha um grito na boca, um grito que comovia até às lágrimas quem o escutava: “Meu filho, rico filho da minha alma que te não torno a ver!” o inocentinho jazia por terra, ensanguentado, com a boquita ainda aberta num sorriso. “Parece dormir” – comentou uma costureirinha com lágrimas nos olhos. A chegada da ambulância pôs termo a tão lancinante cena.

b) Quando a ambulância chegou, a mãe, uma mulherzinha de negro, chorava sobre o corpo do filho, rodeada pelos circunstantes.

Nós diremos que *b)*.

E porquê?

Porque é sintético, se encontra isento de qualquer lamechice e funciona qual uma imagem na mente do leitor. A sua economia de meios provém da utilização de palavras que se podem considerar básicas, idênticas sempre, mas noticiando sempre coisas novas: *quando, ambulância, mãe, filho, corpo, circunstantes*. (...)

Que reparos nos deve merecer o parágrafo *a)*?

Os seguintes: 1) é literário; 2) é desonesto; 3) é popular no pior sentido da palavra.

Literário? Sim (...).

Desonesto? Também (...).

Popular no pior sentido da palavra? Nem mais (...).

Quando será que, na nossa Imprensa, o parágrafo noticioso vencerá, em definitivo, o parágrafo literário?

O modo como certos textos jornalísticos deviam ser escritos, que tipo de palavras ou frases deviam usar, tudo no interesse de captar e manter o interesse do leitor, eram assuntos que efectivamente motivavam a reflexão por parte dos redactores de Jornalismo, desta feita através da republicação de um texto de Ken Graham Thomson (1967, p. 25), titulado “Questões de estilo”, onde se analisavam esse mesmo tema.

(...) Uma regra geral para toda a reportagem é que deve ser simples e concisa, feita de frases curtas e incisivas. O interesse do leitor diminui rapidamente, quando nas notícias estão disseminadas demasiadas coisas fora de propósito e quando a narrativa se afasta do tema central e adquire a aparência de não conduzir a parte alguma.

Há momentos em que é preciso ter em conta que a qualidade é mais importante do que a quantidade. (...)

O livro dá algumas pequenas regras sob os títulos “Jamais” e “Sempre”. Eis alguns “jamais”: não começar nunca uma frase por um número em cifras; escrevei, por exemplo, “dezasseis anos depois” e não “16 anos depois”. Nunca se deve dizer que “abandonou esta vida”, ou “deixou de existir” – morreu, simplesmente. Não escreveis nunca “um recorde de todos os tempos”, porque, salvo opinião em contrário, um recorde deve ser de todos os tempos. Da mesma forma, não deve escrever-se “absolutamente pela primeira vez”, pois é suficiente “a primeira vez”.

Reflectir sobre o jornalismo radiofónico, sobre telejornalismo ou sobre questões de estilo do jornalismo impresso mostrava que diferentes géneros já se haviam imposto e que os jornalistas tinham noção disso. Além do mais, estes mesmos jornalistas começavam a perceber que cada género requeria um tipo de profissional, um tipo de texto e outras singularidades. O jornalismo especializado, a sua pertinência e a sua necessidade começavam a ser debatidos. Nuno Teixeira Neves (1967, p. 7-8) abordou a questão, dizendo que o jornal era para todos mas que nem todos podiam fazer o jornal, e que o jornalismo dependia, essencialmente, da prática e do interesse. Defende, acerrimamente, a especialização dos jornalistas e aproveita para estender a crítica a quem ainda não reconhece a necessidade da especialização no jornalismo:

O jornal é feito para toda a gente mas não é toda a gente que faz o jornal. (...) Qualquer homem deve poder falar através dos jornais: isso justifica entrevistas e inquéritos, as “cartas ao director”. Mas o jornalismo é outra coisa. Também não é um dom, uma inspirada flama, uma “vocação”. Sujeito à lei das aptidões (...), depende, no entanto, e acima de tudo, de saber e prática, além de interesse. Conhecimento e técnica combinam-se, inextricáveis, neste mister, embora em proporções diversas conforme os ramos. Porque há ramos em jornalismo, convém dizê-lo desde já, repeti-lo muitas vezes, gritá-lo até, se preciso. Os “faz-todos” aqui, como no circo, só serviriam para encher as lacunas. Há ramos, pois. E o jornalismo de “mera informação” é também uma especialidade. (...)

Dirão que confundo o mister do jornalista (...) com a responsabilidade particularizante do técnico ou do perito. Eu sei. Há o papelinho a explicar tudo, o papelinho que nos distribuem quando vamos onde não percebemos nada, ou que nos remetem para a Redacção. Há sempre esse recurso, que os “entendidos”, gente mais graúda e de melhor casta (...) estende (...) a uma pobre casta de tipos inferiores. (...)

Pena que uma classe autorize (...) que lhe imponham uma noção degradada do que sejam factos. (...) O profissional de Imprensa valerá o que valer a informação a que tem acesso. Um acesso que depende em parte dos outros e em parte de si mesmo. Que é uma questão de liberdade mas também de competência.

Em nível sério, toda a informação tem que ser especializada. Aliás, a “mera informação”, ao nível dos olhos e dos ouvidos, sensorial apenas, é hoje fornecida ao público, e com muito mais vantagem, inclusive rapidez, pela TV. Aí o facto (...) vai directamente ao encontro do espectador. Eis porque já sucede esperarem certas personalidades meia hora e mais pelos operadores da televisão, antes de iniciarem importantes actos públicos, coisa inconcebível para “simples jornalistas”. O que até está certo. Lamentável apenas não podermos ir, em tantíssimos casos, mais fundo do que a TV. (...)

Se a Imprensa deseja ser uma coisa séria tem que optar pela especialização. O senso comum (...) não serve hoje em dia de coisa nenhuma. (...)

Enquanto o público não exigir mais do que factos superficiais, a especialização não será urgente (...). Mas o público não é tão estúpido como muitas vezes o supomos. Aliás, a sua cultura e as suas exigências aumentam de ano para ano. E, de resto, há vários públicos. E, de entre eles, alguns, e já numerosos,

verdadeiramente críticos e desenganados. (...) nestes últimos dez ou quinze anos, operaram-se algumas transformações mentais no nosso país (...) mas com dimensão suficiente para não nos devermos deixar cair no erro de supor que as nossas faltas ficam agora tão impunes como outrora. E o público não se esforça muito com ser justo, até ao pormenor, no apuramento das alheias culpas.

Também em *Jornalismo*, José Manuel Pintassilgo (1967, p. 8) fala na necessidade de se criar um corpo de correspondentes de guerra (de jornalistas) e pede ao Sindicato que se debruce sobre o assunto, a fim de que todas as notícias relacionadas com episódios bélicos possam primar pela verdade e pelo rigor dos factos (o que, dado o regime e dada a forma como as notícias de guerra corriam, na época, nem sempre acontecia).

Quer dizer, estamos com seis anos e meio de luta nacional [guerra colonial] e não formámos ainda um corpo de correspondentes de guerra (...).

A informação das três frentes de batalha continua a ser dada por lacónicos comunicados de quartel-general ou, às vezes, por uma série de reportagens, feita quando e como determinam as respectivas empresas jornalísticas. Está-rá isso certo?

Não seria altura de se formar um corpo de correspondentes de guerra, em parte pago pelas empresas e em parte subsidiado por quem de direito? (...)

Aqui está uma missão que entregamos à Direcção do Sindicato, sabedores de que um jornalista português não pode pensar de maneira diferente. Mussolini tinha o cuidado de só deixar formar jornalistas fascistas. No nosso caso é bem diferente; basta serem portugueses.

A paginação e o modo como esta deve ser feita também foi motivo de reflexão por parte dos jornalistas do Sindicato. Com recurso a um texto de Georges Galipeau (1967, p. 2-3), os autores de *Jornalismo* aproveitaram para expor o assunto, esperando que as ideias partilhadas fossem profícuas.

Qualquer que seja o estilo preferido, existem certos princípios que devem ter-se sempre em conta na boa paginação. São, em resumo:

1 – A paginação de um período popular deve causar *impressão*, (...) deve *chamar* a atenção do leitor. Isto é especialmente importante no caso da concorrência entre vários periódicos, pois a apresentação, sobretudo da primeira página, pode concorrer para o aumento da venda. Não confundir, no entanto, *impressão* com *sensação*. Podem fazer-se páginas atraentes, sem deixar de respeitar a escala de valores.

2 – A paginação deve ser funcional, ou seja, com uma simples vista de olhos o leitor deve dar-se conta da importância relativa de cada notícia.

3 – (...) a paginação deve ser *equilibrada*. É evidente que se um determinado espaço da página aparece sobrecarregado com ilustrações e grandes títulos, e o restante apresenta apenas títulos e texto, o resultado será desagradável (...). (...) Este [o paginador] é essencial. (...)

4 – A paginação deve ser *variada*, de um dia para o outro e de uma página para outra, mas dentro de um mesmo estilo, para não desorientar o leitor.

5 – A paginação deve ser *ordenada*: que o leitor não tenha a impressão de que a página é um amontoado de notícias. As notícias devem estar agrupadas, sempre que possível, por temas. (...)

6 – A paginação deve ser *arejada*, quer dizer, não demasiado densa e apertada. (...) o espaço em branco é tão importante como o espaço com impressão.

7 – A paginação deve ser *atraente*, posto que é uma obra de arte que deve agradar.

A procura de definição e caracterização de um estilo jornalístico também levava os jornalistas portugueses a tecerem reflexões, na tentativa de encontrarem aquele que melhor se adequava ao jornalismo luso, ou então, simplesmente a percebê-lo. Muitas vezes, a republicação de artigos de autores estrangeiros nas páginas de Jornalismo servia a esse propósito, ou seja, possibilitar a reflexão sobre determinado tema. Neste acaso concreto, é republicado o artigo “O estilo jornalístico” de Philippe Gaillard (1967, p. 2-3) em Jornalismo. Nele, alude-se às particularidades que o estilo jornalístico comporta e enumeram-se algumas das principais características a que deve obedecer: ser concreto, preciso e vivo. Porque jornalismo não é retórica!

O estilo jornalístico tem algumas particularidades. A primeira é a simplicidade, exigido pelo nível médio de instrução do público, dos leitores, e que também é quase necessária num jornal destinado a intelectuais. Estes últimos, quando folheiam o seu diário, não desejam fazer um esforço particular de compreensão. (...)

O principiante tem muitas vezes dificuldade em adaptar-se, sobretudo quando acaba de terminar o seu curso secundário, ou veio do ensino superior. (...)

O jornalismo não é literatura e a primeira finalidade da redacção jornalística não é artística: é de informar o melhor possível. (...)

Concreto, Preciso...

Simplificar o estilo não é simplificar ou esquematizar o relato do acontecimento. Longe de ser inimiga da precisa, a simplicidade é sua auxiliar. (...)

Este rigor é a preocupação constante do jornalista. Mostre uma cena, ou descreva uma acção, ele esforça-se por ser concreto, objectivo. (...)

A melhor reportagem é aquela que não oferece ao leitor a menor ideia feita, a mais pequena síntese, mas que o conduz, discreta e firmemente, a fazer essa síntese, por um trabalho simples e pessoal, a partir dos factos. (...)

A grande regra da redacção jornalística é que cada frase, quase cada palavra, deve conter um elemento de informação. Tudo o resto é para cortar impiedosamente, ou para transformar.

É verdade que nem tudo é concreto em todos os assuntos que o jornalista deve tratar. Mas o seu estilo pode sempre sê-lo. (...)

É sempre fácil, com um pouco de prática, encontrar imagens apropriadas. É necessário, no entanto, procurar que não sejam ambíguas. (...)

É necessário também evitar as imagens estabelecidas, e de uma maneira geral todos os “clichés” que se empregam maquinalmente. (...)

Finalmente, as imagens devem ser coerentes. O absurdo domina-nos facilmente se não tivermos cuidado. (...)

... E vivo

Podemos dispor de uma excelente notícia, construí-la cuidadosamente, redigi-la num estilo simples e concreto... e no entanto fazer um artigo aborrecido. Porque não fizemos reviver verdadeiramente o acontecimento. A informação não é a autópsia dos factos, é ressurreição.

O estilo deve fazer esquecer ao leitor o seu ambiente habitual e transportá-lo ao cenário dos factos que se relatam. Trata-se (...) de escrever de uma maneira viva.

A simplicidade e a precisão são já bons ingredientes de um estilo vivo. (...)

O jornalista, tanto quanto possível, não conta a notícia. Fá-la ver, entender e sentir. Exprime-se no presente, o tempo activo por excelência, sempre que puder. (...)

Quando foi testemunha de um acontecimento de certa importância, o repórter torna o seu artigo mais vivo se o redigir na primeira pessoa. Ele faz, assim, que o leitor se identifique com ele, que veja com os seus olhos, que ouça com os seus ouvidos, que sinta como ele as cotoveladas da multidão.

A reflexão sobre os jornais e as notícias atingia não só aspectos gerais dos mesmos, mas também aspectos mais específicos. Um desses focos incidiu sobre o *lead* e a sua pertinência e importância numa notícia. Diz-se, logo de início, procurando, de certa forma, justificar a discussão sobre o assunto que “o *lead* é umas das primeiras regras ensinadas ao candidato a jornalista, em qualquer escola de jornalismo e em qualquer país”. (SNJ, 1967, p. 10) A discussão sobre o *lead*, em Jornalismo, continuou através da republicação de três artigos, de três autores diferentes, de modo a colocar em confronto diferentes pontos de vista: Ismael Herraiz, dr. Domenico Gregório e Luís Amaral.

Ismael Herraiz (1968, p. 10) começa por apresentar as perguntas típicas a que deve responder um *lead* e refere que, por norma, uma notícia está completa quando isso acontece. Alerta, no entanto, para o facto de nem todas as notícias fornecerem respostas ou dados para tal.

(...) o que é que interessa ao leitor neste acontecimento? O sistema norte-americano responde com a seguinte simplificação: o quê, quem, quando, onde, como, porquê. A fórmula prática, pois, para converter um acontecimento em notícia, é situar-se perante ele e perguntar: o quê? (o que aconteceu?), quem? (qual, ou quais, os autores?), quando?, onde?, como? e porquê? (quando, onde, como e porque aconteceu?). (...)

Estas seis perguntas [chamadas as “seis W”, porque em inglês contém tal letra que figura como inicial em cinco delas (what?, who?, when?, where? how?, why?)], exigem, efectivamente, não só a indicação do feito e do seu autor, mas também as circunstâncias que são necessárias ao conhecimento completo, segundo exigências que podem considerar-se como mínimas para o Jornalismo. Uma notícia é, sob um ponto de vista elementar, completa quando, como resposta a tais perguntas, nela figuram o acontecimento em si, o autor e as circunstâncias de tempo, lugar, modo e causa em que ocorreu. (...)

Não é preciso que em toda a notícia figurem os seis ou sete elementos (outros autores acrescentam o para quê?). Por vezes, alguns deles podem ser superfluos. No entanto, o “quando” e o “onde” nunca devem faltar.

Domenico Gregório (1968, p. 10-11) refere a importância de que se reveste a ordem pela qual se vão apresentando os factos, numa notícia, e fornece algumas sugestões sobre como a elaboração de uma notícia pode ser feita, chamando à atenção para a importância do *lead*.

De enorme importância na elaboração da notícia é a eleição da ordem com respeito à qual se dispõem os seus vários elementos.

O acontecimento ou acontecimentos podem ser contados: a) na ordem cronológica em que ocorreram; b) na ordem emotiva em que seriam narrados por um espectador que houvesse sido testemunha ocular (sistema da “pirâmide invertida”); c) começando por o momento ou aspecto culminante ou mais emocionante (...) e seguindo para diante, de modo que se vá revivendo o acontecimento precedente e logo os seus desenvolvimentos sucessivos, para conseguir um particular efeito dramático. (...)

Todos (...) sabem em que consiste o sistema da “pirâmide invertida”. Trata-se de redigir a notícia principiando por uma introdução (“lead”) que contém, no menor número possível de palavras, os elementos essenciais: “quem?”, “como”, “onde”, “quando” e “porquê”. Todos os outros elementos e particularidades da notícia pormenorizam-se na sua continuação, por ordem de importância decrescente.

Este sistema de elaboração oferece as seguintes vantagens: a) representa o método normal, mediante o qual uma notícia importante passa de boca em boca (...); b) chama a atenção do leitor para a notícia; c) satisfaz o leitor apressado, porque permite que continue ou não na leitura, segundo o interesse que possa representar o assunto para ele, podendo afirmar-se que deste modo cada leitor se converte em redactor da sua própria leitura, seleccionando, cortando, etc., as notícias; d) facilita a paginação, porque, quando chega a hora de fechar o jornal, podem ser utilizadas total ou parcialmente todas as notícias, sem correr o risco de desprezar a parte mais importante de qualquer delas.

Não menos dignos de ter em conta são os inconvenientes, a saber: a) conduz sempre o leitor a ler menos; diminuindo logo de início a sua curiosidade e habituando-o à superficialidade; b) desenvolve no jornalista um espírito mecânico e estereotipado, uma prosa incolor e privada de elegância e atractivo; c) pode acontecer que um jornalista pouco hábil escreva um “lead” mastodôntico, para poder integrar nele as respostas às cinco perguntas principais...

Luís Amaral (1968, p. 11) também discorre sobre o *lead* e da forma como este deve ser redigido, explorando a sua história e informando que, apesar do seu uso ser praticamente consensual, o *lead* também granjeia alguns inimigos...

Do inglês “to lead” – conduzir, comandar, manejar, antecipar-se, ou guia, comando, primazia – “lead” passou a designar, há muito, em jornalismo, o parágrafo sintético, vivo, leve, com que se inicia a notícia, na tentativa de fixar a atenção do leitor. Deve responder a todos os elementos essenciais da informação – o quê, quem, onde, quando, como e porquê. Mais do que em qualquer outra parte da nota ou da reportagem, nele devem ser observadas as regras de estilo: nomes curtos, sintaxe simples, vocabulário usual, construção directa. (...) Da forma como é redigido o “lead”, depende o êxito da matéria, pois, mesmo que o leitor não queira ou não tenha tempo para continuar a leitura do texto, já ficou inteirado do que se trata com a descrição inicial. (...)

Na apresentação da matéria (...) vários planos podem ser seguidos: ordem cronológica, demonstrativa, pirâmide invertida, etc. De qualquer modo, deve-se dispor a matéria segundo uma ordem de importância decrescente dos factos (...).

Mas, apesar de bastante usado na imprensa mundial, o método da “pirâmide invertida” (...) tem seus inimigos, sobretudo entre aqueles que buscam sempre o aprimoramento do estilo jornalístico.

Baseiam-se as críticas no facto de que a “pirâmide invertida” obriga o jornal a relatar a mesma notícia três vezes – no título, no “lead” e no contexto. Qualificam essa estrutura de grotesca, porque constitui um obstáculo para quem escreve, já que o ponto mais importante da informação vem nas primeiras linhas, ao invés de encontrar-se perto do final. Outra crítica muito comum é que a forma da “pirâmide invertida” é antiquada, um procedimento ilógico.

Uma outra parte da notícia que mereceu atenção foi o título. Através da inserção de um texto de Philippe Gaillard (1968, p. 14), discute-se, em Jornalismo, a importância de um bom título, antetítulo ou subtítulo. É interessante a nota introdutória que se faz ao texto. Dizem os escritores do boletim, em relação à discussão sobre os títulos, que se trata de um aspecto da técnica da profissão “que não interessa somente (...) a chefes e subchefes de redacção. Todo o jornalista, redactor ou repórter no caso português, deve possuir, pelo menos, ideias elementares sobre a arte de titular.” (SNJ, 1968, 9. 14)

O texto de Gaillard expõe, principalmente, que é o título que, numa primeira impressão, leva à compra de um jornal e que não é fácil para um jornalista escolher um bom título para as suas notícias, aconselhando os profissionais a que titulem apenas depois de ter escrito o artigo:

Um artigo bem feito que ninguém lê é um artigo sem qualquer valor. É o título que leva o público a ler. Um mau título altera ou destrói, mesmo, a qualidade de um bom artigo.

O título é difícil de construir. Exige hábito, o sentido do título, que é o dom essencial do verdadeiro secretário de redacção, mas que exige meses de exercício.

O título redige-se normalmente depois do texto, porque pressupõe a perfeita compreensão da informação; uma frase do texto pode por vezes ser intercalada no título; e este deve conter os últimos elementos conhecidos da notícia. Contudo, é muitas vezes útil, e por vezes necessário, redigir o título depois de ter escolhido, posto em ordem e, se possível, ter construído a informação, mas antes de a redigir.

Este procedimento é útil porque constitui um teste. Se não se consegue fazer um título satisfatório, é geralmente porque não se compreendeu perfeitamente. É preciso retomar o trabalho preliminar. (...)

O autor (1968, p. 14-15) fornece, igualmente, algumas dicas sobre como se deve construir um bom título e quais os elementos que o devem constituir. Descreve, também, a forma destacada como este deve surgir na notícia e informa, ainda, que, em alguns jornais, existem redactores especializados em escrever os títulos.

Em certos jornais existe um redactor especializado que redige os títulos, noutros é habitualmente o secretário da redacção. Não há dúvida que um repórter deve ser capaz de fazer o título para o seu trabalho. Se ele possuir uma boa técnica fá-lo-á melhor que o secretário da redacção, porque conhece melhor o conteúdo do seu “papel” e o acontecimento em si mesmo. (...)

A construção faz-se em dois tempos: separação dos elementos do artigo que poderão ou deverão figurar no título; [sua] distribuição pelas diferentes partes do título.

– Os elementos que se destacam são de duas espécies: elementos importantes do tema e elementos de atracção. Esta divisão corresponde às duas funções do título: dar o essencial da notícia e incitar a ler. (...)

Note-se que o título – mesmo a uma linha sobre uma coluna – do mais pequeno artigo deve dar sempre o máximo de informações. Deve, pelo menos, ajudar o leitor a fazer a sua escolha. (...) A regra é não insistir sobre um primeiro projecto de construção. Não se corrige um mau título: deita-se no cesto dos papéis. E parte-se novamente do zero.

Gaillard (1968, p. 15) fornece, igualmente, indicações sobre a forma como os títulos devem ser redigidos, informando que estes devem prover o máximo de informação possível, no menor número de palavras.

Antigamente faziam-se títulos-frases (...).

(...) o melhor título é aquele que dá o máximo de informações com um mínimo de palavras. Muitas vezes a primeira redacção pode ser melhorada com o corte das palavras supérfluas. (...)

– O estilo vivo não é o apanágio do texto. É de grande importância que o título seja redigido em estilo directo, no presente, incorporando citações, etc.

– O equilíbrio tipográfico deve corresponder a um equilíbrio lógico. Não se corta uma linha onde quer que seja. Não se separa um substantivo do seu artigo ou do seu epíteto, a menos que este epíteto seja suficientemente grande para preencher uma linha. A redacção de um título não se julga senão em função do seu resultado tipográfico. (...)

– A pontuação é muitas vezes inestética num título. (...) Usa-se praticamente só em citações ou em enumerações. Ainda, neste último caso, obtém-se resultado bastante mais estético substituindo as vírgulas por traços.

– As apresentações tipográficas complexas são úteis para os títulos longos, os verdadeiros títulos-cabeçalho que surgem em numerosos quotidianos. Qualquer que seja o título, elas facilitam a compreensão.

Os subtítulos também desempenham função importante numa notícia, chamar a atenção, ideia que Gaillard (1968, p. 17) também partilha no seu texto.

Os subtítulos não correspondem (...) às grandes divisões do plano do artigo. A sua função é, antes de tudo, chamar a atenção; são destinados a prender o interesse.

Por vezes, podem ser descritivos, ou apresentar elementos novos que teriam merecido figurar no título, mas que nele não tiverem espaço. (...) Mas, regra geral, devem ser breves, curtos. Alguns jornais sistematizam o subtítulo numa só palavra. (...) É também, como o título, um elemento estético da paginação, e podem variar-se os seus efeitos (...)

E se havia reflexão sobre as partes constituintes de uma notícia, sobre esta também tinha de haver. Quem se dedicou a discorrer sobre o assunto foi José Júlio Gonçalves (1968, p. 7) que falou das etapas de uma notícia, desde a fase da recolha da informação até à sua elaboração. O autor assegura que o ciclo de vida de uma notícia é como o do ser humano: nasce, cresce, vive e morre. Destaca a fase da recolha como uma das mais importantes do ciclo da notícia e alerta aquele que a recolhe (e que depois vai transmitir) para cultivar valores como a idoneidade e a seriedade.

As notícias, tal como as pessoas, nascem, crescem, vivem e morrem percorrendo, à semelhança destas, um ciclo que compreende as seguintes operações: recolha, verificação, elaboração, difusão, circulação, percepção-retenção, selecção, vigência e morte. (...) De todas as etapas que integram o ciclo de uma notícia, uma das mais importantes é a de recolha. E, por sua vez, o aspecto mais destacado da recolha dos elementos que hão-de servir de base à elaboração da mensagem ou notícia a transmitir é, sem dúvida, o que diz

respeito a quem recolhe tais elementos. Põe-se assim, desde logo, o importante problema da idoneidade de quem prepara a informação, da seriedade de quem informa os técnicos que hão-de dar contorno definitivo à comunicação, informação ou notícia, nas redacções dos jornais, agências, emissoras, etc. (...)

Informar é comunicar e é também influenciar. Daí que assinalemos o importante papel desempenhado por quem recolhe os dados que hão-de servir de travejamento à informação elaborada. (...) na maior parte dos países, a Informação paga tributo ao controle político, religioso, económico, ético, jurídico, etc., circunstância esta que perturba as relações informador-informado e condiciona, de vários modos (...) a actividade de quem recolhe os elementos integrantes das informações a comunicar, problema este a um tempo grave e delicado, como facilmente se compreende.

Mas, para além de todo o condicionamento exterior à técnica de recolha da informação, há a evidenciar que o informador ao fazer a colheita das notícias tem absoluta necessidade de, por motivos de estabilidade, segurança e fidelidade pessoais, actuar de acordo com a orientação [de quem] serve. (...)

O autor (1968, p. 7-8) tece também considerações sobre a fase de verificação pela qual uma notícia passa e reforça a ideia de que as informações que vão ser transmitidas devem ser consistentes. Só aí se passa à fase de difusão, onde se procura que a publicação onde a notícia foi inserida seja comprada pelo maior número de leitores.

A verificação consiste essencialmente na análise dos elementos fornecidos às redacções (...) e sua escolha, rejeitando uns, aproveitando outros, fornecendo, em seguida, o material informativo (...) aos redactores (...) a fim de ser convenientemente adaptado, modificado, corrigido, simplificado, esclarecido, em suma elaborado. (...)

À semelhança do que acontece com a recolha, também no decurso da elaboração das informações se cometem erros (...), quer por motivos humanos, quer por motivos técnicos. Com efeito, os redactores, produtores, etc., ao modificarem, corrigirem simplificarem, esclarecerem, etc., as comunicações, podem (...) deformar o seu conteúdo-verdade, voluntária ou involuntariamente. (...)

Uma vez a verificada a consistência das informações e preparadas (elaboradas) estas, segue-se outra fase: a da sua difusão ou transmissão.

Ao difundirem ou transmitirem as notícias, as Agências de Informação visam atingir o maior número possível de órgãos de informação, isto é, vender o maior número possível de notícias. Por sua vez, tais órgãos de comunicação procuram por todos os meios possíveis alcançar as várias camadas sociais, alargar a sua área de informação, isto é, o seu campo de difusão de novidades, de propagação de notícias, informações.

A transmissão, difusão ou comunicação das informações, a despeito dos progressos tecnológicos e culturais de nossos dias, não se faz sem riscos de deformação involuntária. E a explicação é muito simples: é que hoje, mais do que nunca, a Informação visa o grande público e portanto tem que revestir características especiais: ser breve, simples, clara, instantânea (ou quase instantânea). Ora, para ser clara, nem sempre pode ser simples, por sua vez para ser instantânea nem sempre pode ser clara e para ser simples dificilmente poderá ser instantânea, uma vez que se há tarefas difíceis, sem dúvida difíceis são as de resumir, simplificar e aclarar rapidamente notícias cujo conteúdo pode ser constituído por assuntos que vão (...) desde a Medicina à Astronáutica, (...) etc. Por isso mesmo, nem sempre é possível o uso da linguagem simples que os especialistas preconizam.

José Júlio Gonçalves (1968, p. 8) faz, ainda, um alerta para os perigos de deformação que uma notícia pode enfrentar, tais como a publicação em páginas poucas lidas ou mesmo a não publicação.

(...) Verifica-se igualmente a deformação na transmissão quando a recolha é feita em fonte tendenciosa ou deficientemente informada e transmitida sem elaboração objectiva, por comunhão de interesses ou ideias (...).

Por outro lado, se é justo desejar-se objectividade na Informação, também é bom ter-se presente que quando a informação a comunicar ao público afecta os interesses de grupos (políticos, económicos, intelectuais e até desportivos) vinculados aos órgãos da Informação, estes, com apreciável frequência e por vários motivos, entre os quais um impulso de legítima defesa (...) sentem-se tentados a suprimir tal notícia ou informação, a limar-lhe arestas incómodas, (...) a colocá-la em páginas pouco lidas, fazendo-a seguir de outra notícia (ridícula, dramática, etc.), ou a inseri-la em noticiários de pequena audiência. Isto quando a ética não prevalece sobre o instinto de defesa, a hipocrisia social ou outras tendências. (...)

Considerações finais

Lendo-se ou relendo-se *Jornalismo*, nomeadamente os números publicados antes da Revolução de Abril, que ocorreu em Portugal em 1974, (1967-1971), é possível afirmar, em jeito de consideração final, que os redactores de *Jornalismo* e os jornalistas dos anos sessenta e setenta do século XX estavam cientes das reflexões que podiam ser feitas sobre o jornalismo – principalmente, com os jornais, mas, secundariamente, também com as rádios, televisão e com as agências noticiosas – e sobre os jornalistas. Ao fazê-lo, deram o seu contributo para a construção do Pensamento Jornalístico Português.

Tendo em conta o que se publicou em *Jornalismo*, percebe-se que os jornalistas portugueses dos anos 60 e 70 procuraram: analisar variadas questões de forma e estilo das notícias, reflectindo sobre este tipo de texto e sobre as suas partes constituintes (títulos, *lead*, etc.); reflectir sobre aspectos de paginação, analisando os seus princípios; discorrer sobre estilo dos parágrafos, aproveitando para distinguir o parágrafo noticioso do literário. Desta forma, contribuíram para a teorização sobre a notícia e as suas partes constituintes.

Pode também concluir-se que, em *Jornalismo*, os redactores reflectiram, ainda, sobre os diversos tipos de jornalismo, sendo a maioria dos textos dedicados ao jornalismo impresso, mas havendo também lugar para o jornalismo radiofónico e o jornalismo televisivo.

Foi, ainda, possível, encontrar em *Jornalismo* reflexões acerca dos próprios profissionais da imprensa, sendo grande parte dos textos sobre os jornalistas da imprensa diária (o seu dia-a-dia, os valores profissionais que defendiam, etc.), mas também se publicaram textos abordando o papel, cada dia mais crescente, do repórter, textos sobre a importância do repórter fotográfico na imprensa de então e textos sugerindo a criação de jornalistas especializados e de correspondentes de guerra.

É possível, também, concluir que o discurso adoptado pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas em *Jornalismo* é predominantemente informativo e moderado, com

pretensão de esclarecimento das suas acções e não de incitamento à luta sindical ou ao combate contra as empresas jornalísticas.

No que respeita à contribuição dos jornalistas portugueses dos anos sessenta e setenta do século passado para a construção do pensamento jornalístico português, pode dizer-se que eles se preocuparam em dar respostas a questões relevantes para a conceptualização da profissão, tais como: O que é e o que faz um jornalista? Como deve o jornalista exercer a sua profissão? Precisa-se de formação para se ser jornalista? Se sim, de que tipo? O que é o jornalismo? Como se desenvolve o jornalismo?

As respostas a essas e outras questões relevantes para o imaginário e para a identidade profissionais nem sempre foram consonantes, mas foram, normalmente, pertinentes. Sobretudo, elas dão uma panorâmica do que pensavam os jornalistas portugueses dos anos sessenta e setenta do século passado sobre a sua profissão. Portanto, como derradeira consideração, é possível aceitar a hipótese colocada na introdução, pois Jornalismo abordou alguns daqueles que, de acordo com Sousa (coord.) *et al.* (2010), são os temas estruturantes do pensamento jornalístico português anterior a 1974, nomeadamente a conjuntura jornalística e vida profissional e teoria do jornalismo em geral.

Referências

ALVIM, Pedro. O parágrafo literário e o parágrafo noticioso, **Jornalismo**, n. 3, ago. 1967.

AMARAL, Luís, O método tem seus inimigos, **Jornalismo**, n. 6, fev. 1968.

CABRERA, Ana, **Marcello Caetano: poder e imprensa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

CORREIA, Fernando e BAPTISTA, Carla. **Jornalistas: do ofício à profissão. Mudanças no jornalismo português (1956-1968)**. Lisboa: Caminho, 2007.

CUNHA, Alfredo da. **Jornalismo nacional**. Das malogradas associações de imprensa à alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses. Conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 8 de Maio de 1941. Separata do Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas, n.º 2. Lisboa, Sindicato Nacional dos Jornalistas, 1941.

FARIA, Diamantino, Jornalismo Radiofónico, **Jornalismo**, n. 2, Jun. 1967.

FARIA, Diamantino, Jornalismo Radiofónico, **Jornalismo**, n. 3, ago. 1967.

GAGEIRO, Eduardo, O lugar do repórter fotográfico, **Jornalismo**, n.º 1, abr. 1967.

GAILLARD, Philippe, O Estilo Jornalístico, **Jornalismo**, n. 5, dez. 1967.

GAILLARD, Philippe, Précis de Journalismo – reportage, **Jornalismo**, n.6, fev. 1968.

GALIPEAU, Georges, Notas sobre técnica – Princípios de paginação, **Jornalismo**, n. 4, out. 1967.

GONÇALVES, José Júlio, Ciclo de uma notícia, **Jornalismo**, n. 7, jun. 1968.

GREGÓRIO, Domenico, O sistema oferece vantagens”, **Jornalismo**, n. 6, fev. 1968.

HERRAIZ, Ismael, O QUANDO e o ONDE nunca devem faltar, **Jornalismo**, n. 6, fev. 1968.

NEVES, Nuno Teixeira, Jornalismo especializado ou a dignificação pela honestidade, **Jornalismo**, n. 3, ago. 1967.

PINTASSILGO, José Manuel, Correspondente de guerra, **Jornalismo**, n. 3, ago. 1967.

ROCHA, Nuno, O repórter no jornalismo moderno, **Jornalismo**, n. 1, abr. 1967.

SOUSA, Jorge Pedro (coord.); et al. **O pensamento jornalístico português: das Origens a Abril de 1974**. 2 volumes. Covilhã: Livros LabCom, 2010.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. 2ª edição revista e ampliada. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2006.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS, Três exposições sobre o “lead”, **Jornalismo**, n. 6, fev. 1968.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS, **Jornalismo**, n. 3, ago. 1967.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS, **Jornalismo**, n. 6, fev. 1968.

THOMSON, Ken Graham, Questões de estilo, **Jornalismo**, n. 2, jun. 1967.